



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

LILIAN TATIANE SOUZA DIAS

Gestão do Programa Bolsa-Família na
Secretaria Municipal de Educação Novo Gama-GO

Brasília – DF

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

DIAS, Lilian Tatiane Souza.

Gestão do Programa Bolsa-Família na Secretaria Municipal de Educação

Novo Gama-GO/ Lilian Tatiane Souza Dias,

Cidade: Universidade de Brasília, Orientadora: Prof. Sonirza Côrrea

Marques, 2019. XX p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1.Programa Bolsa- Família. 2. Educação. 3. Gestão de Programas.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^ª. Dr^ª. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^ª. Fátima de Souza Freire

LILIAN TATIANE SOUZA DIAS

Gestão do Programa Bolsa-Família na
Secretaria Municipal de Educação Novo Gama-GO

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à
obtenção do certificado de especialista (*lato
sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professora Orientadora: MSc. Sonirza Corrêa
Marques.

Brasília – DF

2019

LILIAN TATIANE SOUZA DIAS

Gestão do Programa Bolsa-Família na
Secretaria Municipal de Educação Novo Gama-GO

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

LILIAN TATIANE SOUZA DIAS

MSc. Sonirza Côrrea Marques
Professora Orientadora

Esp. Valdemir Regis Ferreira de Oliveira
Professor-Examinador

Brasília, 27 de Abril de 2019

Dedico este trabalho à minha amada amiga-irmã Raquel Garcia de Magalhães (in memorian), pelo privilégio de ter usufruído de sua presença em minha vida de uma forma tão intensa e cheia de muito amor, carinho, respeito e admiração uma pela outra.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo amor, fidelidade e cuidados constantes. Pelo dom da vida, capacitação, paixão e vocação pelo universo da pesquisa e da educação. À minha querida mãe Alaíde, pelo exemplo de superação, determinação, coragem, disposição e o apoio constante. Aos meus queridos e estimados filhos, Lucas e Ingrid Stefanny pela compreensão, incentivos e pela existência de vocês em minha vida. Aos meus colegas de trabalho, pelas ajudas constantes em minhas pesquisas. À Secretaria Municipal de Educação de Novo Gama por investir na formação dos servidores da Educação. A todos os profissionais Universidade de Brasília, Pólo de Anápolis pela calorosa receptividade e empenho em todos os Encontros Presenciais. Ao Tutor Tales Ramos Monteiro dos Santos pela excelente atuação pedagógica durante toda a Especialização. À Orientadora Sonirza Côrrea pelo esmero trabalho na construção da monografia, além do constante apoio e encorajamento para que houvesse persistência até o final. A todos os estudantes, profissionais da educação e gestores que me acolheram para a realização dessa pesquisa.

"O futuro das organizações e nações dependerá cada vez mais de sua capacidade de aprender coletivamente." Peter Senge

RESUMO

Resumo: A pesquisa surgiu a partir das reflexões acadêmicas e da análise da realidade vivenciada no Município de Novo Gama-Goiás, mediante a transição dos gestores do Município. A pesquisa teve como objetivo geral, compreender a relevância da gestão do Programa Bolsa-Família para o processo educacional dos beneficiários do Município. Já os objetivos específicos contemplam descrever os critérios e as condicionalidades do Programa a Bolsa- Família e identificar a relação entre o gerenciamento do Programa e a permanência dos beneficiários do PBF a partir da inserção no Programa dos estudantes do Município. A metodologia da pesquisa tem como fundamentação os autores Szymanski (2008), Gil (1994) e Barbosa & Hess (2010) que orientam a respeito da entrevista e questionários na pesquisa social, além de informações do próprio sistema do PDDE. A partir da coleta e análise de dados foi verificado que dos 10.230 estudantes do Município, mais de 50% são beneficiários do Programa Bolsa-Família, sendo que 5.130 estudantes de até 14 anos e 765 alunos de 15 a 17 anos, totalizando 5.895 de estudantes que fazem parte do PBF. A análise dos dados foi observada que a atuação da gestão pública diante das demandas das políticas públicas de assistência social é fator determinante para assegurar que os usuários do Programa Bolsa-Família não só tenham acesso, mas permaneçam no programa. Mas a não atuação da gestão pública compromete o acompanhamento mais preciso dos beneficiários com algum tipo de pendência ou até mesmo risco de ser cortado do programa por não cumprirem as condicionalidades que o PBF propõe, além de ficarem sem a assistência do programa, pode incorrer na evasão escolar.

Palavras-chave: Programa Bolsa- Família. Educação. Gestão de Programas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro1. Condicionalidades do Programa Bolsa-Família.....	10
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PBF- Programa Bolsa-Família

SME- secretaria Municipal de Educação

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Contextualização	1
1.3	Formulação do problema	3
1.4	Objetivo Geral	3
1.5	Objetivos Específicos	3
1.5	JUSTIFICATIVA	3
2	REVISÃO TEÓRICA	4
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	8
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	9
3.2	Caracterização da organização, setor ou área <i>lócus</i> do estudo	9
3.3	População e amostra ou Participantes da pesquisa	10
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa.....	10
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	10
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	13
	REFERÊNCIA	15
	Apêndice A – Roteiro de Entrevista.....	17

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa surgiu a partir das reflexões acadêmicas e da análise da realidade vivenciada no Município de Novo Gama-Goiás, mediante a transição dos gestores do Município.

A história da Educação no Brasil tem uma trajetória de vários enfrentamentos até ser ofertada para todos, mas a permanência dos estudantes na escola ainda é um dos desafios enfrentados pela gestão, pois a educação não está isenta de envolvimento diante das demandas sociais que são inerentes aos sujeitos, e para que essas demandas sejam atendidas é necessário que o poder público manifeste por meio de políticas públicas programas que assegurem o cumprimento dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1998.

Dentre as diversas políticas públicas, estão as de assistência de social ao sujeito, e compreendendo que não se trata apenas de tipo de serviço, é fundamental que a essência da assistência quando foi criada chegue ao usuário dessa política contemplando a integralidade dos serviços. Mas para que isso ocorra é necessário a articulação dos setores da administração pública sejam regidas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, descritos no artigo 37 da Constituição da Federal.

1.1 Contextualização

Para compreender os objetivos da pesquisa é necessário conceituar o que é o Programa Bolsa-família previsto em sua legislação:

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo

Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.

III - renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente, pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento (BRASIL, 2004).

Por meio do trecho da legislação que ampara o PBF observa-se que os critérios são determinantes para que o usuário possa ser inserido no programa e depende da articulação de mais de uma instituição para que haja o monitoramento.

Como o PBF tem uma função social é relevante compreender sobre Sistema Único de Assistência Social:

A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela proteção social especial do município (onde não houver CREAS). O CRAS assume como fatores identitários dois grandes eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. (BRASIL, 2009, p. 13-14).

O PBF não se trata de apenas um programa com o objetivo limitado de transferência de renda, mas tem uma dimensão biopsicossocial, que depende de uma gestão eficaz e eficiente das instituições envolvidas em atribuições específicas que, se não forem executadas, comprometem o bom andamento dessa política pública com a característica da intersetorialidade.

1.3 Formulação do problema

- Quais os fatores que interferem na gestão do Programa Bolsa- Família para que os beneficiários sejam inseridos e permaneçam no programa dentro dos critérios e condicionalidades.

1.4 Objetivo Geral

- Compreender a relevância da gestão do Programa Bolsa-Família para o processo educacional dos beneficiários do Município do Novo Gama-Goiás.

1.5 Objetivos Específicos

- Descrever os critérios e as condicionalidades do Programa a Bolsa- Família;
- Identificar a relação entre o gerenciamento do Programa e a permanência dos beneficiários do Programa Bolsa- Família a partir da inserção no Programa dos estudantes do Município do Novo Gama.

1.5 JUSTIFICATIVA

A curiosidade sobre a temática do Programa Bolsa-Família surgiu a partir da vivência no departamento de Projetos de Pesquisas na Secretaria Municipal de Educação de Novo Gama em uma fase de transição entre governos após processo eleitoral.

Os novos gestores do projeto iniciaram uma busca para identificarem os alunos, além de atualizar os dados dos mesmos na base de dados. Inicialmente começaram a observar muita divergência entre os dados dos alunos beneficiários. Isso despertou a curiosidade em pesquisar mais sobre o assunto, já que nessa mesma época estava sendo ministrado no curso de especialização em Gestão Municipal a disciplina Gestão de Redes Públicas e Cooperação.

2 REVISÃO TEÓRICA

No que se refere à legislação nacional será pesquisado na Constituição Federativa do Brasil de 1988, os artigos que contemplam os direitos individuais e coletivos, deveres, garantias fundamentais, direitos sociais. Os autores Yannoulas (2010,2014); Teles& Stein (2010) discorrerão sobre os programas de transferência de renda e condicionalidades educacionais. Além de Buarque (2012) descreverá sobre a história da origem da Bolsa-Escola. Para discorrer sobre a complexidade da proteção social devido às políticas de transferência de renda no Brasil será a autora Pereira (2013). Behring, e Boschetti contribuem sobre as políticas pública e os programas de transferências de renda.

De acordo com Silveira (2014), professora da Universidade Federal do Paraná, o direito à Educação passou pelo processo da universalização do ensino fundamental, e isso provocou uma mudança na dinâmica do direito à educação com o princípio da igualdade fazendo parte da ação do Estado. Quando se fala em igualdade é preciso considerar dois aspectos, o primeiro de desmascarar os mecanismos geradores de desigualdade e o segundo de conceber dispositivos mais igualitários, ou seja, a igualdade é a forma de fazer a correção das desigualdades. Pois é relevante saber o que gera as desigualdades escolares, por ventura seriam os dons naturais. Para que ocorra justiça em Educação, é indispensável que haja igualdade de oportunidades, igualdade de conhecimento, igualdade de tratamento.

O que é questionado por Silveira (2014) é que para os beneficiários do Programa Bolsa-Família a garantia do direito à educação passa pelo cumprimento da condicionalidades escolares, ainda que não se esgote nela. Ela fez parte de uma pesquisa realizada com beneficiários no Paraná, em um levantamento realizado a partir dos dados Banco de Sistema de Presença de 2014.

Nessa pesquisa foi possível elencar os vários fatores que dificultam o cumprimento das condicionalidades do PBF, entre elas, a baixa frequência, situações coletivas, outros registros e os fatores sem vínculo escolar. Já a baixa frequência foi justificada por causa de óbito, conclusão Ensino Médio, outros fatores, férias escolares, doenças do aluno ou na família, situações sociais externas, questões de greve, motivos não informados, questões de ordem

escolar, trabalho, questões de ordem familiar, vulnerabilidade social. Algumas reflexões da insuficiência de políticas de transferências de renda para uma gama de estudantes.

É preciso refletir que as condicionalidades da Educação no Programa Bolsa-Família também são responsabilidade do Estado, pois as famílias precisam que a ação do poder público influencie diretamente a qualidade de oferta do serviço.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos que constitui um dos documentos básicos das Nações Unidas assinada em Assembléia Geral em 10 de dezembro de 1948, o qual relata:

Artigo I Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. (ONU, 1948, p.1). Artigo XXVI 1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (ONU, 1948, p. 4)

Camila Potyara (2018) em uma apresentação do Curso de aperfeiçoamento em Educação, pobreza e Desigualdade Social explana os debates e controvérsias a respeito das condicionalidades do programa Bolsa-Família como questão política e imposição moralista conservadora, em que o pobre deve ser merecedor do recebimento da transferência do Estado, e por isso a condicionalidade é legítima; mecanismo de educação dos pobres, onde os pobres são culpabilizados pelo descumprimento das condicionalidades, sem que seja

considerada as condições objetivas dos beneficiários, pois cada um deve assegurar-se por si mesmo; deve sair de sua passividade, equivalendo a uma devolução da dívida social.

Berihring & Boschette (2011) ao fazer uma avaliação acerca das políticas sociais chama atenção para a necessidade de se compreender o desenvolvimento e as funções destas políticas para o enfrentamento das desigualdades sociais e garantia dos direitos nas sociedades capitalistas.

As políticas sociais constituem elementos do processo complexo e contraditório de regulação política e econômica das relações sociais. E Boschette discorre com muita precisão a respeito dessa relação com a descrição abaixo:

Nesse sentido, a análise e avaliação de políticas sociais ultrapassam a mera disposição e utilização primorosa de métodos e técnicas racionais e operativos, preocupados com a relação custo-benefício ou com a eficiência e eficácia. A avaliação de políticas sociais deve se situar na compreensão do significado do papel do Estado e das classes sociais na construção dos direitos e da democracia (BOSCHETTE, p.5, 2008).

Por isso que a qualificação da gestão diante da demanda de assegurar que o PBF ofertado é fundamental para alcançar a esfera da subjetividade do sujeito que recebe o serviço, sendo assim a orientação e o acompanhamento para que esse sujeito não só usufrua da assistência, mas principalmente, seja provocado para exercer a cidadania consciente mediante os seus direitos e deveres sociais, econômicos e políticos.

Para o beneficiário do PBF conseguir se manter no programa requer por ele uma administração para o cumprimento das condicionalidades e isso requer um mínimo de entendimento do funcionamento do programa e das instituições responsáveis pelo acompanhamento, o que não é tão simples, pois a intersetorialidade da administração pública ainda não ocorre de forma tão espontânea, e com isso algumas demandas não são bem ofertadas aos seus usuários.

Teles& Stein (2010) em seu texto sobre os programas de transferência de renda e condicionalidades educacionais: acesso ou moralização? Apresenta o quadro abaixo uma descrição sobre a administração requerida ao beneficiário do PBF para permanecer no programa:

Quadro1. Condicionalidades do Programa Bolsa-Família

Área	Condicionalidade	Público-alvo
Educação	Matrícula e frequência mínima de 85% da carga horária escolar mensal	Crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos
	Matrícula e frequência mínima de 75% da carga horária escolar mensal	Adolescentes entre 16 e 17 anos.
Saúde	Comparecimento às consultas de pré-natal e participação nas atividades educativas sobre aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança.	Gestantes e nutrizes
	Cumprimento do calendário de vacinação e ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil	Crianças menores de 7 anos.
Assistência Social	Frequência mínima 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos e de convivência	Crianças e adolescentes menores de 16 anos em situação de trabalho infantil.

Fonte: (STEIN & TELES,2010, p. 195)

Desde 2011, o Programa Bolsa- Família faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo.

A gestão do Programa Bolsa-Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Em nível Federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A metodologia adotada será de uma abordagem epistemológica a crítica-dialética investigativa, descritiva exploratória, por proporcionar maior familiaridade com o problema, fazer um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Considerando a história e contexto dos sujeitos pesquisados, tendo e sendo ao mesmo tempo, como uma qualitativa para descrever e interpretar os dados e a pesquisa quantitativa para quantificar dados, utilizando questionários e entrevistas para compreender como acontece o processo de intervenção e ou atuação da SME em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS para que os beneficiários do Programa Bolsa Família permaneçam tendo e tenham acesso ao sistema de garantia de direitos previstos no Sistema único de Assistência Social.

A elaboração de uma pesquisa contribuiu bastante para a formação acadêmica e profissional do servidor que presta serviços ao município, pois possibilita desenvolver algumas características essenciais para esse profissional, que é a capacidade de investigar, pesquisar e atuar em uma dimensão biopsicossocial diante das demandas que os sujeitos apresentam na sociedade.

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

A metodologia adotada faz uma abordagem epistemológica a crítica-dialética investigativa, descritiva exploratória, proporcionar maior familiaridade com o problema, fazer um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Considerando a história e contexto dos sujeitos pesquisados, tendo sendo ao mesmo tempo como uma qualitativa para descrever e interpretar os dados e a pesquisa quantitativa para quantificar dados, utilizando questionários e entrevistas para compreender como acontece o processo de intervenção e ou atuação da SME em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS para que os beneficiários do programa Bolsa família permaneçam tendo tenha acesso ao sistema de garantia de direitos previstos no Sistema único de Assistência Social.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área *locus* do estudo

O local onde a pesquisa foi desenvolvida trata-se de um departamento da Secretaria Municipal de Educação de Novo Gama, localizada Avenida Perimetral, Quadra 482, Lote 34, 1º Andar, Parque Estrela Dalva VI, Pedregal. O setor responsável de Programas e Convênios (PDDE Interativo/SIMEC,PAR) pelo por Programas e Projetos e dentre as ações:

Adesão aos Programas do Governo Federal.

Cadastramento e gerenciamento dos dados dos gestores das Unidades Escolares no PDDE Interativo, além de prestar assistência técnica na elaboração e execução dos planos de ação; analisar, emitir pareceres e enviar os planos aprovados para validação do MEC.

Celebração de acordos entre os órgãos públicos e outras instituições, públicas ou privadas, para a realização de um objetivo comum, mediante formação de parcerias.

Aplicação dos recursos de acordo com o ajustado, bem como apresentação periódica de prestação de contas.

Atualização do cadastro dos Conselheiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Encaminhamento ao FUNDEB, documentações do Departamento de Compras, Recursos Humanos e Tesouraria.

Acompanhamento do processo de elaboração, análise e monitoramento das ações do PAR.

Monitoramento das Obras e Termos de Compromisso no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação(SIMEC).

Solicitação da prorrogação de prazo dos Convênios e Termos de Compromisso.

Acompanhamento do desenvolvimento e culminância dos projetos.

Reunião para unificação da escolha do livro didático, distribuição e remanejamento dos livros didáticos.

Atendimento às solicitações dos parceiros na realização dos projetos. (Proposta Político-Pedagógica SME-2018, p.5).

3.3 População e amostra ou Participantes da pesquisa

A pesquisa faz referência são 5.130 alunos até 14 anos e 765 alunos de 15 a 17 anos, totalizando 5.895 de estudantes que fazem parte do Programa Bolsa-Família no Município de Novo Gama.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

A metodologia da pesquisa tem como fundamentação os autores Szymanski (2008), Gil (1994) e Barbosa & Hess que orientam a respeito da entrevista e questionários na pesquisa social e também com Barbosa e Hess (2010).

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

As etapas para realizar os procedimentos desenvolvidos para coletar as informações necessárias, ocorreram a partir de conversas informais, mas depois foi de forma mais sistematizada utilizando o questionário via e-mail e alguns contatos telefônicos para esclarecimentos sobre o funcionamento do setor responsável pelo Programa Bolsa-Família.

A coleta de dados teve a colaboração de uma servidora de vínculo institucional efetivo com a SME, tendo como cargo de professora de anos iniciais, mas na função de e Coordenadora de Programas educacionais com lotação na Secretaria de Educação de Novo Gama – GO.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para uma melhor compreensão do acompanhamento do Programa Bolsa-Família na Rede Municipal de Ensino do Novo Gama foi elaborado uma entrevista semi-estruturada com perguntas relacionadas aos questionamentos sobre a inserção e permanência no Programa Bolsa-Família. Faço aqui uma pequena introdução ao leitor, explico como serão apresentados e discutidos os achados da pesquisa.

A coleta de dados teve a colaboração de uma servidora de vínculo institucional efetivo com a SME, tendo como cargo de professora de anos iniciais, mas na função de Coordenadora de Programas educacionais com lotação na Secretaria de Educação de Novo Gama – GO.

Por meio da entrevista semi-estruturada foi perguntado sobre a opinião da servidora a respeito do Programa Bolsa-Família, e como resposta o entendimento é que o PBF é essencial para que ocorra a transferência de renda para as pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, mas que percebe que é necessário que haja maior rigor no acompanhamento no monitoramento do Programa Bolsa-Família para que não ocorram desvios dos recursos destinados para o programa.

Ainda foi questionado sobre as condicionalidades do Programa Bolsa-Família em relação à educação e saúde, e o posicionamento foi favorável, pois de certa forma acaba assegurando o direito das crianças à educação, mas na contrapartida apresenta uma observação sobre a não articulação entre as instituições que fazem parte dos responsáveis por esse acompanhamento da frequência e da vacinação. E a escola é quem tem feito essa busca aos pais diretamente pelo controle das faltas.

Em relação ao processo de gerenciamento do Programa Bolsa-Família no Município de Novo Gama acontecem em três secretarias (Educação, Saúde e Ação Social), sendo divididas por área afim, gerencia do programa ocorre em três secretarias a educação e saúde é responsável por monitorar a falta e problemas que as crianças possam apresentar já a secretaria de Ação Social tem as obrigações relacionadas ao cadastro das famílias, ao monitoramento da renda, e receber os relatórios das condicionalidades tanto da saúde quanto educação, realizando ou não o bloqueio dos pagamentos.

Atualmente são 5.130 alunos até 14 anos e 765 alunos de 15 a 17 anos, totalizando 5.895 de estudantes que fazem parte do Programa Bolsa-Família no Município de Novo Gama.

Dentre as dificuldades que o setor da SME enfrenta para realizar o gerenciamento do PBF no âmbito da educação, foi citado que a atuação dos secretários escolares não têm sido tão abrangente para os casos de ausência por motivo de doenças, e esse fato ocorre mais predominantemente na faixa etária dos estudantes entre 15 e 17 anos que são os do programa Bolsa-Jovem.

A atribuição da escola é essencial para que o Programa Bolsa-Família cumpra um dos seus objetivos sociais, precisa atuar com precisão na emissão dos relatórios de frequência, além de terem contato direto com os pais e poderem a incentivar a importância de manterem a vacinação não só por causa da permanência no Programa Bolsa-Família, mas principalmente por causa saúde.

A atuação da gestão pública diante das demandas das políticas públicas de assistência social é fator determinante para assegurar que os usuários do Programa Bolsa-Família não só tenham acesso, mas permaneçam no programa, pois a não atuação da gestão pública compromete o acompanhamento mais preciso dos beneficiários com algum tipo de pendência ou até mesmo risco de ser cortado do programa por não cumprirem as condicionalidades do PBF, além de ficarem sem a assistência do programa pode incorrer na evasão escolar.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A realização da pesquisa proporcionou a compreensão de que os serviços prestados pela Administração Pública demandam uma gestão que contemple todos os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e a eficiência previstos na Constituição Federal de 1988, pois a presença desses princípios qualifica e amplia a credibilidade do serviço público para as pessoas que necessitam principalmente das políticas sociais.

Diante dessa realidade, foi observado que a demanda no campo das políticas públicas de assistência social compromete o acompanhamento mais preciso dos beneficiários com algum tipo de pendência ou até mesmo risco de ser cortado do programa por não ter os condicionantes que o programa estabelece muito bem esclarecidos.

Sendo assim, com a realização da pesquisa é que sejam organizadas reuniões com grupos de beneficiários com algum tipo de risco de permanência no programa bolsa-família pelo descumprimento das regras do programa, seja a frequência da escola e ou acompanhamento da saúde periodicamente, articuladas entre as instituições responsáveis pelo monitoramento.

A proposta da pesquisa proporcionou uma significativa compreensão de como acontece às ações e pensamentos a respeito da pobreza, além da noção do Programa Bolsa-Família, mas principalmente de vivenciar de perto situações de reflexões e enfrentamento à pobreza dos vários sujeitos envolvidos.

O que se observa é que o PBF é uma demanda que envolve várias instituições e ações articuladas, que acaba para o beneficiário pode ser exaustiva, pois esse acompanhamento acontece em uma perspectiva de cobrança e obrigatoriedade, seja no CRAS, Centro de Saúde e Escola.

E cabe a gestão municipal por meio das Unidades Escolares que estimularem a presença dos beneficiários na escola, não para não perderam o benefício, mas porque são pessoas e a gestão da escola faz questão da presença deles. O sentimento de não pertencimento ainda predomina o espaço escolar de uma maneira assustadora.

Enfim, compreende-se que o PBF não é a única solução para a fazer uma transformação a longo prazo na vida das famílias que são beneficiárias, o que precisa ficar bem esclarecido é o

é que algumas necessidades básicas de um ser humano podem ser atendidas, mas ainda assim de forma bem minimizada, pois as despesas são bem mais altas do que o valor recebido.

REFERÊNCIA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e Documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.
- BARROCO, Maria Lucia Silva Ética e serviço social: fundamentos ontológicos / 8. Ed.-São Paulo, Cortez, 2010.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 5. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. Projetos Sociais. Petrópolis, Vozes, 2008.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nº / 1992 a 84/ 2014, pelo Decreto legislativo Nº 186/ 2008 e pelas Emendas constitucionais nº 1 a 6/ 1994. - 43.ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL. Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004a. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/574778.pdf>
- BARBOSA, Joaquim Gonçalves. O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo/Joaquim Gonçalves Barbosa, Remi Hess- Brasília:Liber livro,2010.
- BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- BUARQUE. Cristovam. Bolsa-Escola: história, teoria e utopia. Brasília: Thesaurus/ Liber, 2012.
- COHEN, Ernesto. FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis, Vozes, 2008.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: PUC, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1994.

JANUZZI, Paulo Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público Brasília* 56 (2):137-160 Abr/Jun 2005.

LEVILLE, Christian. *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*/Christian Laville e Jean dionne; Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Sentineri.- Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

MORAES, Carlos Antonio de Souza Maria. A viagem de volta. *Serv.Soc.Soc*; São Paulo, n. 114, p. 240- 265 abr/jun. 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000400004&script=sci_arttext.

POLÍTICA educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada/ Silva CRISTINA YANNOULAS (COORD.) – Brasília: Líber Livro, 2013. Capítulo 7 Programa de transferência de renda e condicionalidades educacionais: acesso ao direito ou moralização do acesso?

PROGRAMA Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania /organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Brasília : Ipea, 2013.

SZYMANSKI, H. (org.). *A entrevista na educação: a prática reflexiva*. Brasília: Liber Livro, 2008.

Apêndice A – Roteiro de Entrevista

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Prezado (a) participante,

Informamos a V.Sa. que se trata de um Trabalho de Conclusão de Curso acadêmico do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, promovido pela Universidade de Brasília- UnB. Asseguramos o anonimato e toda e qualquer forma de constrangimento.

Agradeço sua contribuição, sem ela, eu não poderia realizar este trabalho.

Cursista:

Lílian Tatiane Souza Dias

Professora

Sonirza

Nome fictício da entrevistada: _____

Cargo/Função: _____ Órgão de Lotação: _____

Vínculo Institucional: () Temporário () Efetivo () Comissionado

1. Como você avalia o Programa Bolsa-Família?

2- Você concorda com as condicionalidades do Programa Bolsa-Família?

3. Quem é responsável e como é processo de gerenciamento do Programa Bolsa-Família no Município de Novo Gama?

4-Quantos alunos recebem Bolsa Família no Município de Novo Gama atualmente? E o que é feito para ajudar esses beneficiários a cumprirem as condicionalidades e permanecerem no PBF?

5-Quais as dificuldades enfrentadas pelo departamento responsável pelo gerenciamento do Programa Bolsa-Família no Município?

6-Qual o papel e como a Escola pode contribuir para que o aluno beneficiado não seja interfere na transformação ou mobilização social?

Nome/Assinatura

Pesquisadora Responsável
Lílian Tatiane Souza Dias

Novo Gama, de Março de 2019.

1. IDENTIFICAÇÃO:

Autor: Lillian Tatiane Souza Dias		
RG: 16338897	CPF: 69558132187	E-mail: liliantatiane@gmail.com
Telefone: 61 33946507	Celular: 61 93436639	Data de apresentação: 27/04/2019
Título: Gestão do Programa Bolsa-Família na Secretaria Municipal de Educação Novo Gama-Go		
Palavras-chave: Programa Bolsa-Família. Educação. Gestão de Programas.		
Curso: Curso de Especialização (Lato Sensu) em Gestão Pública Municipal		Departamento: Administração
Tipo: () Graduação - Licenciatura () Graduação - Bacharelado () Graduação - Dupla Habilitação (X) Especialização		Orientador: Sonirza Corrêa Marques

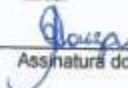
2. INFORMAÇÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO:

Liberção para publicação: (X) Total () Parcial ^{1,2,3,4}
Em caso de publicação parcial, especifique os capítulos a serem retidos:
Observações: ¹ É imprescindível o envio do arquivo em formato digital da <u>monografia completa</u> , mesmo em se tratando de publicação parcial. ² A solicitação de publicação parcial deve ser feita mediante justificativa lícita e assinada pelo orientador do trabalho, que deve ser entregue juntamente com o termo de autorização. ³ A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação. Para a extensão desse prazo deve ser solicitada novamente junto à UnB-BCE. ⁴ O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.

3. LICENÇA:

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA
O referido autor:
a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade de Brasília os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.
Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade de Brasília, declara que cumpriam quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.
LICENÇA DE DIREITO AUTORAL
Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca Digital de Monografias (BDM) da Universidade de Brasília a disponibilizar meu trabalho de conclusão de curso por meio do site bdm.unb.br, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.
A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.
Caso o autor opte por outra forma de licença, pedimos que entre em contato com o Setor de Gerenciamento da Informação Digital (GID) da Biblioteca Central da UnB, no telefone 3107-2687.

Brasília, 26/05/2019
Local Data


Assinatura do Autor